

## **15.º Encontro Nacional do MUSP**



### **Moção**

#### **EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE**

O Serviço Nacional de Saúde (SNS), consagrado na Constituição da República Portuguesa e criado há 46 anos é uma das maiores e mais importantes conquistas alcançadas, só possível, graças ao 25 de Abril de 1974.

Com o SNS, foram criadas condições e dados passos muito significativos para que todas as pessoas, independentemente da sua condição económica e social, independentemente da nacionalidade tivessem acesso aos serviços de Saúde, em condições de igualdade.

Muito embora nunca tenha sido dotado dos meios financeiros e humanos suficientes para cumprir cabalmente os objectivos que estiveram na origem da sua criação, devido às políticas de direita que os sucessivos Governos, incluindo o actual, têm desenvolvido, beneficiando claramente os interesses privados em prejuízo do SNS e respectivas Populações.

O SNS foi capaz de contribuir para diminuir a percentagem da mortalidade infantil (de 40% para 2,4%) e aumentar a esperança de vida (77,67 anos para os homens e de 83,37 anos para as mulheres) entre outras melhorias, factos que levaram a Organização Mundial de Saúde (OMS) a classificá-lo como o 12º melhor Serviço Nacional de Saúde do Mundo.

Esta distinção confirma que, se o SNS tivesse beneficiado, pelos sucessivos governos, dos investimentos financeiros necessários, estaria em condições de responder com mais eficácia e qualidade às solicitações de que é alvo.

Em contrapartida, os sucessivos governos do PSD e do PS, com ou sem CDS, têm optado por descredibilizar o SNS, desinvestindo na modernização dos seus equipamentos, na melhoria das condições de trabalho dos seus profissionais, transferindo uma parte cada vez maior do Orçamento do Estado para os grupos económicos privados do sector da Saúde.

Com isto agrava as suas condições de funcionamento, com o propósito claro de criar as condições objectivas, e exigidas pelos grupos económicos privados, para a privatização dos sectores da saúde, numa estratégia clara de inviabilizar o Serviço Nacional de Saúde em benefício do negócio privado da doença.

Exemplo disso é a degradação das carreiras e vencimentos dos profissionais de saúde, o fim da dedicação exclusiva devidamente recompensada, ambas fazendo parte desta estratégia de degradação do SNS, retirando profissionais do serviço público, onde são formados, para o sector privado, sem que esses grupos invistam um cêntimo na sua formação.

O encerramento de Serviços e o aumento dos custos de acesso e dos actos médicos, aumentam drasticamente as dificuldades de acesso aos respectivos Serviços, quer pelas distâncias a percorrer, quer também pela grave situação económica em que a maioria das famílias portuguesas vivem.

Tudo, para favorecer os grupos económicos privados da Saúde que visam ver destruído o SNS para assim deitar a mão aos seus utentes e com isso aumentar os lucros que já têm com a actividade no sector.

O momento político que se vive, fruto da demissão do Governo e da marcação de novas eleições legislativas, apresenta perigos de continuação e agravamento das políticas aqui referidas, mas também pode ser visto, como de novas oportunidades para o Serviço Nacional de Saúde e os outros Serviços Públicos.

Assim, os utentes saibam fazer a distinção entre os que na Assembleia da República defendem as funções sociais do Estado e os Serviços Públicos à luz da Constituição da República Portuguesa e aqueles só visam a sua privatização e destruição.

O 15º Encontro Nacional do Movimento de Utentes dos Serviços Públicos, reunido, em Coimbra, no dia 15 de Março, decide:

1. Manifestar o seu total apoio ao Serviço Nacional de Saúde, na sua expressão original – Universal, Geral e Gratuito;
2. Repudiar todas as formas de privatização do Serviço Nacional de Saúde, designadamente, as Parcerias Público-Privadas, as Unidades de Saúde Familiar tipo C, ou a entrega de unidades hospitalares às Misericórdias;
3. Exigir ao Governo que reverta a "descentralização" de competências na Saúde para os municípios, garantindo a universalidade do SNS;
4. Exigir do Governo que proceda ao investimento no Serviço Nacional de Saúde, em meios humanos, equipamentos e instalações, que garantam a sua capacidade de resposta cabal às necessidades das populações;
4. Manifestar, igualmente, a sua solidariedade para com a luta dos profissionais do Serviço Nacional de Saúde, pela dignificação dos respectivos estatutos profissionais, factor indispensável para segurar e recuperar os profissionais de saúde de que o SNS necessita.
5. Exigir do Governo que ponha cobro ao encerramento das urgências gerais e de especialidade nos hospitais; dê resposta efectiva às listas de espera para cirurgias e consultas de especialidade; garanta médicos de família a todos os portugueses.

O 15º Encontro Nacional

do MUSP